



ALGUNS ASPECTOS DA MORAL DE KANT NA OBRA *FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES*

Julio Cezar Lazzari Junior
Mestrando em Filosofia pela USJT

Resumo: Este artigo tem o objetivo de captar alguns aspectos da moral do filósofo Immanuel Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Partindo do critério de uma moral a priori, ou seja, anterior a qualquer experiência, o filósofo fundamenta o seu edifício filosófico a respeito da questão, e então passa a estabelecer as demais regras. Daí, temos algumas máximas que devem seguir a moral kantiana, baseada sempre na razão, como vemos a seguir: 1. Agir como se a tua máxima fosse se tornar uma lei universal; 2. Agir por dever, pela razão, isto é, sem nenhum interesse senão a própria razão; 3. Tratar o outro sempre como um fim em si mesmo, nunca como um meio. Estas são algumas das regras da moral kantiana, que serão trabalhadas neste artigo.

Palavras-chave: Moral. Razão. A priori.

Abstract: This article pretends to understand some aspects of Immanuel Kant's moral in his work *Foundations of the metaphysics of morals*. Starting from criterion of one moral a priori, in other words, before any experience, philosopher based on his philosophy about the question, and so he establishes other rules. Then, we have some rules that should follow Kant's moral, based in reason, as we see below: 1. To act like if your rule became a universal law; 2. To act for duty, for reason, in other words, without interest but reason; 3. To treat others as an end in itself, never as a means. These are some rules of Kant's moral, that will be worked in this article.

Keywords: Moral. Reason. A priori.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar alguns fundamentos da doutrina moral proposta pelo filósofo Immanuel Kant (1724-1804) com base em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Não se trata de uma discussão extensa, mas de uma análise que visa sempre entender os elementos essenciais da ética kantiana, presentes no texto em questão.

Em primeiro lugar, buscaremos entender o aspecto fundamental da moral de Kant, que é o elemento anterior à experiência, ou seja, *a priori*. Aqui, veremos como Kant trata a razão como critério para as nossas ações e como ele rejeita a experiência, a antropologia, a fé, a teologia, a revelação e quaisquer outros elementos não racionais como critérios para as nossas ações morais.

Depois, Kant trata de um aspecto fundamental como critério para a ação: agir como se a tua máxima fosse se tornar uma lei universal. Aqui, embora não tenhamos mandamentos, tais como “faça isso” e “não faça aquilo”, o filósofo deixa para cada pessoa decidir, com base neste critério, o que deve fazer, tornando o homem legislador de si mesmo. Assim, pensando e desejando que sua ação se torne uma lei universal, o homem deverá sempre agir pensando nesta máxima.

Em seguida, vemos Kant distinguindo as ações humanas em duas categorias: “por dever” e “conforme o dever”. No primeiro caso, o homem age pela razão, com base na moral racional, onde ele faz o que deve fazer puramente por obedecer ao seu elemento racional, sem nenhum interesse por trás disso. No segundo caso, o homem age com o intuito de atingir outro objetivo, mesmo quando se trata de uma aparente ação moral. Quer dizer, o indivíduo faz o bem porque tem um interesse, porque quer se sentir melhor, porque faz parte da sua profissão, porque será mais bem visto, porque quer ser feliz ou por qualquer outro motivo que não seja a razão que não seja o fazer o bem porque a razão assim o ordena. Como veremos, Kant adorará, inflexivelmente, a ação por dever como base para a sua moral.

Por fim, o nosso filósofo fala do ser racional como um fim em si mesmo, não como um meio para o que quer que seja. Dessa maneira, Kant busca eliminar todo e qualquer objetivo que esteja por trás da ação moral, tudo o que visa na ação moral um

objetivo que não seja, além da razão, o outro, o próximo, como um ser digno por si mesmo de receber a minha ação.

1. MORAL A PRIORI: A BASE DA MORAL KANTIANA

A moral kantiana não se relaciona com a teologia, com a experiência, com a necessidade social ou mesmo com algum objetivo a ser alcançado pelo agente do bem. Os textos de Kant são bastante rigorosos quanto ao princípio que deve impulsionar o homem em suas ações, e sua abordagem exclui qualquer motivação que não venha a ser baseada na razão. O filósofo é contundente ao defender o que considera de fato uma ação moral, excluindo do rol das *ações puras* atos que a maioria de nós aplaudiria com emoção.

Assim, o filósofo se expressa sobre o seu desejo acerca do princípio que deve nortear a moral: “Não é verdade que é da mais extrema necessidade elaborar um dia uma pura Filosofia moral que seja completamente depurada de tudo o que possa ser somente empírico e pertença à Antropologia?”¹. As palavras “pura” e “depurada” nos mostram que Kant deseja que a filosofia baseie a moral apenas na razão, sem nenhum tipo de *mistura* com qualquer outro elemento não racional. Caygill comenta, no verbete *puro*, a respeito do conceito de pureza na filosofia kantiana:

Na filosofia de Kant, puro é inevitavelmente oposto a empírico, e ambos estão alinhados com uma matriz de oposições que incluem forma-matéria, espontaneidade-receptividade, autonomia-heteronomia, original-derivado, condição-condicionado, anterior-posterior e *a priori-a posteriori*.²

A moral não deve ser empírica, ou seja, não deve ser baseada na experiência humana, não deve ter como fundamento a necessidade social ou individual. Assim, esta pura filosofia moral só poderia ser a priori.

A palavra “pureza” também consta na citação de Silveira relacionada a uma moral que independe do empírico, como vemos:

¹ KANT, 1974, p. 198.

² CAYGILL, 2000, p. 268.

Kant julga necessário elaborar uma metafísica dos costumes, separada do empírico, para que as leis morais apareçam na sua pureza e autenticidade, em si absolutamente necessárias, apresentando-se dignas de apreço pelos que as devem cumprir e não pervertidas pela sua roupagem empírica.³

Assim, a experiência humana não poderia jamais fundamentar a moral filosófica entendida como legítima por Kant. A moral pode ser pura porque ela existiria independentemente da existência humana⁴. A “extrema necessidade” que Kant viu na elaboração de uma moral racional significa, para ele, que esta elaboração ainda não tinha acontecido. Pelo contrário, a filosofia teria falhado em erguer esse sistema fundamentado em bases puras.

O filósofo continua a falar:

As leis morais com seus princípios, em todo conhecimento prático, distinguem-se portanto de tudo o mais em que exista qualquer coisa de empírico, e não só se distinguem essencialmente, como também toda a Filosofia moral assenta inteiramente na sua parte pura, e, aplicada ao homem, não recebe um mínimo que seja do conhecimento do homem (Antropologia), mas fornece-lhe como ser racional leis a priori.⁵

Kant reforça que a moral filosófica não pode receber os seus princípios da experiência humana. Dessa maneira, a moral não é antropológica, psicológica ou sociológica, o que faria dela algo *a posteriori*, ou seja, fundamentada posteriormente à experiência, enquanto o filósofo afirma que ela deve ser *a priori*, estabelecida antes de qualquer experiência. Pascal confirma, dizendo que:

[...] a moral não deve apoiar-se na antropologia, isto é, no estudo psicológico dos costumes e do caráter do homem, mas numa metafísica, isto é, num estudo *a priori* das condições da moralidade.⁶

³ SILVEIRA, 1994, p. 38.

⁴ SILVEIRA, 1994, p. 15.

⁵ KANT, 1974. p. 198-199.

⁶ PASCAL, 2007, p. 126.

Pensando em um exemplo prático, se alguém não agride outra pessoa porque em dado momento ela o fez e sofreu o revide, esta pretensa ação moral de não agredir o próximo estaria baseada em fundamentos errados. Isso porque a pessoa deixa de agredir a outra pelo medo do revide, pelo temor de que aquilo lhe cause transtornos. Ou seja, sua base é a experiência e estaria, contrariando Kant, recebendo um conhecimento do homem. Assim, um homem que não temesse ser agredido tranquilamente agrediria o outro. Ou se não agredisse alguém por temor da lei, também poderia agredir se a lei fosse frouxa ou se tivesse segurança de que não seria descoberto. Mesmo se não agredisse por causa de sua consciência, ainda assim estaria fora do ideal, pois a consciência pode ser cauterizada conforme o homem vai transgredindo um princípio. Assim, todos os elementos empíricos que querem basear a moral são limitados e frágeis para Kant.

O filósofo reforça o seu pensamento:

Ora, é impossível pensar uma razão que com a sua própria consciência recebesse de qualquer outra parte uma outra direção a respeito dos seus juízos, pois que então sujeito atribuiria a determinação da faculdade de julgar não à sua razão, mas a um impulso.⁷

Assim, a razão só é razão se for pura, se não sofrer influências externas, se não for impulsionada por qualquer outro elemento. A razão misturada com outros pilares perderia a sua pureza, a sua essência, deixaria de ser razão. Dessa forma, a única maneira dela continuar a ser critério para a moral é não aceitar qualquer influência humana. O contrário disso seria uma moral impulsiva, conveniente, sujeita ao capricho humano, à inconstância das emoções, à transição social, à mudança de costumes, de governos, de leis, de tempos e épocas. Silveira corrobora esta ideia:

Para encontrar leis morais que fossem universais e necessárias, Kant não podia partir da experiência. O filósofo tinha que as deduzir da razão pura e não do conteúdo empírico da experiência, sempre particular, subjectivo e contingente. Se a moral dependesse das condições empíricas, a vontade apareceria imediatamente sujeita aos móveis sensíveis que a corromperiam e a afastariam do dever, ou

⁷ KANT, 1974. p. 244.

ainda levariam à obediência ao dever não por dever, mas por outra razão que não o dever.⁸

Kant especifica melhor, explicando em quais fundamentos os conceitos morais não podem estar baseados:

Basta que lancemos os olhos aos ensaios sobre a moralidade feitos conforme o gosto preferido para breve encontrarmos ora a idéia do destino particular da natureza humana [...] ora a perfeição, ora a felicidade, aqui o sentimento moral, acolá o temor de Deus, um pouco disto, mais um pouco daquilo, numa mistura espantosa; e nunca ocorre perguntar se por toda a parte se devem buscar no conhecimento da natureza humana (que não pode provir senão da experiência) os princípios da moralidade, e, não sendo este o caso, sendo os últimos totalmente *a priori*, livres de todo o empírico, se encontrarão simplesmente em puros conceitos racionais e não em qualquer outra parte, nem mesmo em ínfima medida.⁹

Para Kant, as fontes de moral dos tratados de filosofia estavam baseadas em fundamentos equívocos. A busca por perfeição moral não deveria ser compreendida como base legítima para as ações éticas. Assim, o homem não agiria baseado no conceito de razão de Kant, mas teria como motivo o seu próprio desenvolvimento moral e espiritual, e o outro seria apenas um meio para se atingir um objetivo, o que é combatido por Kant, como veremos adiante. Cada ação pretensamente moral seria como um degrau nesta suposta escala de crescimento interior. A felicidade também seria um fundamento frágil para a moral, pois, novamente, a ação moral seria um meio para se atingir um fim. Nem a felicidade de quem executa a ação ou a de quem é beneficiado por ela seria fonte legítima para Kant como ação moral válida. Ou seja, fazer o bem para se sentir bem não pode ser fonte para a moral, pois, pensando inversamente, alguém pode se sentir bem ou ser feliz fazendo o mal. A ética como meio sempre deixaria uma brecha. Nem mesmo a revelação divina é aceita pelo nosso filósofo como critério sobre como devemos agir, o que significa excluir a teologia como elemento regulador das questões éticas. Temer uma punição divina por fazer ou deixar de fazer algo também é um *meio* de escapar de algo não desejado e, assim, a motivação não seria pura, não obedeceria aos conceitos da razão. Pelo contrário, a moral não pode se basear em qualquer experiência, em sentimentos, em emoções ou em qualquer outra fonte, e não deve receber nenhuma influência fora da razão.

⁸ SILVEIRA, 1994, p. 27-28.

⁹ KANT, 1974. p. 215-216.

Por fim, se o leitor se questionar se, de fato, há verdadeira ação moral após Kant eliminar praticamente todos os critérios conhecidos acerca das nossas ações éticas, ele responde:

[...] então nada nos pode salvar da completa queda das nossas ideias de dever, para conservarmos na alma o respeito fundado pela lei, a não ser a clara convicção de que, mesmo que nunca tenham havido ações que tivessem jorrado de tais fontes puras, a questão não é agora de saber se isto ou aquilo acontece, mas sim que a razão por si mesma e independentemente de todos os fenômenos ordena o que deve acontecer [...] porque este dever, como dever em geral, anteriormente a toda a experiência, reside na ideia de uma razão que determina a vontade por motivos *a priori*.¹⁰

Kant reconhece o rigor do seu critério e busca dialogar com quem percebe tal fato. Olhar para o fenômeno, para o que se mostra a nós, produziria uma queda fatal e completa. A discussão aqui não é se podemos ou não observar ações morais de tal nível racional, mas sim que devemos agir por este critério. O simples fato de observar se isso acontece ou não para fazermos ou deixarmos de fazer já estaria corrompendo a moral racional, visto que ela não é baseada na experiência. Dessa forma, Kant se defende, indiretamente, de uma provável crítica de que poderia ser impossível viver baseado neste padrão moral. Silveira comenta a respeito: “Não são os exemplos que nos fornecem o ideal moral; são os exemplos que são julgados a partir do ideal moral, o qual é racional. Mesmo que não existam ações morais, a moralidade não pode ser negada”¹¹.

Assim, hipoteticamente, se não houvesse, desde o início da história humana, qualquer ação moral válida, ainda assim a razão deveria ser seguida na minha ação para com o próximo. O próprio critério do motivo *a priori* exclui a possibilidade de observação, de exemplo, de buscar em algum modelo passado ou presente a base para o agir moral.

¹⁰ KANT, 1974. p. 214.

¹¹ SILVEIRA, 1994, p. 33.

2. O CRITÉRIO DA LEI UNIVERSAL

Temos claro, após o texto anterior, que a moral de Kant não é baseada na sociologia, na antropologia, na teologia ou em qualquer elemento empírico, mas na razão. Seu critério *a priori* exclui qualquer possibilidade da moral precisar da experiência para se fundamentar, visto ser esta relativa, temporal e dependente dos sentidos. Todavia, apesar de Kant ter deixado claro em quais elementos a moral racional *não* pode estar baseada, precisamos de elementos *positivos* para entender melhor a sua ética.

E o leitor da *Fundamentação da metafísica dos costumes* percebe que Kant repete, várias vezes, um dos pilares deste edifício: “[...] devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.”¹² A regra mor do nosso filósofo é que qualquer pessoa, ao pensar se deve ou não fazer algo, precisa primeiro refletir se deseja que a sua ação se torne uma regra universal. Em caso positivo, ele deve seguir em frente.

O desejo de que a minha ação se torne uma lei universal significa que ela deve fazer parte deste todo, desta natureza também universal, cuja razão é uma parte. Esse critério demonstra que a ética de Kant não é temporal, não é pautada pela necessidade local ou pelos padrões sociais, mas está ligada a uma natureza humana universal, pela qual qualquer pessoa pode utilizar o critério e agir segundo a razão.

Caygill fala, no verbete *reino dos fins*, sobre a relação da vontade com a lei moral: “[a moralidade consiste no] princípio para atuar somente de acordo com máximas que também podem ser leis universais, ou seja, de tal sorte que a vontade possa ver-se a si mesma como legisladora”¹³. Assim, a ação só é moral se passar pelo teste da vontade que deseja que a ação se torne uma lei universal. A vontade do indivíduo seria a legisladora, aquela que faz a lei.

Kant ratifica: “Temos que poder querer que uma máxima da nossa ação se transforme em lei universal: é este o cânone pelo qual a julgamos moralmente em geral.”¹⁴ Kant (na verdade o tradutor) utiliza a palavra “cânone”, que vem de *cânon*. E a palavra *cânon* é justamente utilizada, em um dos seus significados mais conhecidos,

¹² KANT, 1974, p. 209.

¹³ CAYGILL, 2000, p. 278.

¹⁴ KANT, 1974, p. 225.

para se referir aos livros que constam na Bíblia como sagrados, como retos, como dignos de confiança, como inspirados por Deus, como infalíveis. Assim, se a intenção do tradutor é usar a palavra nesse sentido, então o critério da lei universal, em Kant, é a verdadeira regra *sagrada* para julgar uma ação moral. Assim como o Cânon é a palavra infalível de Deus, aquela que discerne os segredos e intenções do coração¹⁵, o critério da lei universal julga o agente em seu íntimo, entre ele e ele somente, fazendo sua ação ser aprovada ou não no tribunal da moral. Portanto, o homem é juiz e julgado ao mesmo tempo.

O filósofo fala mais uma vez:

Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então debes rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal.¹⁶

Kant reforça que a questão não está nos efeitos, nas consequências individuais ou sociais de uma ação, mas sim no fato de se obedecer à lei universal. Talvez porque uma ação em dado momento possa causar algum prejuízo e em outro momento não. Assim, se a moral estivesse fundamentada em tal critério, ela seria frágil e os efeitos seriam mais importantes do que a ação. O desejo de que a ação se torne um princípio universal significa que a ação humana faz parte de um todo e não deve andar na contramão da razão universal. Deve haver uma harmonia entre a natureza, que nos deu a razão, e os nossos princípios éticos, bem como com as nossas ações.

Pimenta fala do homem como legislador:

Kant identifica, por analogia, a universalidade da lei moral à universalidade característica das leis naturais. Analogicamente, a lei moral pode ser pensada como lei da natureza, e o sujeito se vê através desse procedimento como criador¹⁷.

¹⁵ Cf. Hb 4:12.

¹⁶ KANT, 1974, p. 211.

¹⁷ PIMENTA, 2004, p. 63.

Se a moral pode ser pensada como lei da natureza, então ela deve ser pensada como um elemento universal. Assim como as leis da natureza não são temporais e não se submetem aos desejos humanos, a moral também deve seguir o mesmo caminho, ela deve ser inflexível e atemporal. E nesse processo o homem se vê como criador de suas leis morais, sempre obedecendo inflexivelmente ao seu desejo de que sua máxima se converta em leis universais. Se não desejar, não deve agir, mesmo em prejuízo de suas inclinações.

Agora, se a *vontade* de que a máxima de torne uma lei universal é a legisladora da ação moral, então esta *vontade* tem que ser boa. Do contrário, ela não poderia ser legisladora para a moral. Vejamos a opinião de Caygill sobre a boa vontade, no verbete *valor*:

Qualquer coisa ou ação que seja um meio para um fim possui um valor relativo a esse fim; assim, por exemplo, as virtudes tradicionais de coragem, determinação e perseverança só recebem seu valor a respeito dos fins a que servem. Se o fim é bom, então os meios são bons em relação a ele; se os fins são maus, então os meios são maus. As únicas coisas que são boas em si mesmas e, portanto, de valor absoluto, são uma vontade boa e uma pessoa.¹⁸

Assim, segundo a interpretação de Caygill, tudo o que nós costumamos classificar como bom se relativiza, dependendo do fim para o qual é empregado. Cada virtude que admiramos, como coragem e determinação, pode ser destruidora se aplicada a fins ruins, como não é tão difícil de acontecer. E além do indivíduo, da pessoa, a única coisa que é boa em si é a *boa vontade*.

Mas o que seria essa boa vontade? Para Pascal, “poder-se-ia dizer até que a boa vontade é a vontade de agir por dever.”¹⁹ Pimenta expressa opinião semelhante: “A boa vontade do juízo comum é, no fundo, a vontade do sujeito enquanto ser racional que segue a lei moral, e que, dessa maneira, se atém à razão e não à particularidade de sua constituição”²⁰. Agir por dever, como veremos no capítulo a seguir, é agir moralmente, é agir por respeito à lei moral. A boa vontade, assim, seria a vontade de ação que obedece ao dever, que está de acordo com a lei moral, que se baseia na razão, não na inclinação. Para Caygill, para que a vontade seja boa, ela deve estar de acordo com a

¹⁸ CAYGILL, 2000, p. 315-316.

¹⁹ PASCAL, 2007, p. 119.

²⁰ PIMENTA, 2004, p. 66.

máxima de que a vontade “se converta numa lei universal”²¹. Assim, vemos que a boa vontade, a vontade de agir segundo a lei moral, é a vontade que abordamos neste capítulo, o desejo de que a máxima da ação se converta em lei universal. Portanto, a boa vontade gera a boa ação, que está de acordo com a lei moral, e por isso a ação seria moral também.

3. AÇÃO POR DEVER E CONFORME AO DEVER

“Dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei.”²²

“Os homens conservam a sua vida conforme ao dever, sem dúvida, mas não por dever.”²³

“[...] para ter verdadeiro valor moral, não basta que a ação seja conforme ao dever; é mister, além disso, seja executada por dever.”²⁴

“A mera conformidade da ação à norma caracteriza a legalidade; para que a ação seja moral, é preciso que a ação se realize pelo dever.”²⁵

Agir por dever é agir moralmente, é fazer algo por respeito à lei universal, à moral incondicional. Thouard afirma que o respeito à lei é o “único sentimento da razão”²⁶. A ação moral não busca qualquer objetivo, não é motivada pelas inclinações e se submete somente à razão. Por outro lado, agir conforme o dever é agir pelo desejo, pela necessidade, para alcançar um objetivo. Ao agir por dever eu obedeço o “imperativo categórico”, pelo qual a ação só se interessa pela “forma da ação e no princípio que a rege”, diferente do “imperativo hipotético”, onde a vontade é “dirigida ou não para realizar um fim.”²⁷ O “imperativo categórico” impõe a nós uma “necessidade implacável”, enquanto o “imperativo hipotético” tem relação apenas com a “prudência” e com o “exame prévio das circunstâncias”²⁸

Kant dá um exemplo de como se age por dever:

²¹ CAYGILL, 2000, p. 320.

²² KANT, 1974, p. 208.

²³ KANT, 1974, p. 206.

²⁴ PASCAL, p. 120.

²⁵ ANDRADE, 2005, p. 51.

²⁶ THOUARD, 2004, p. 129.

²⁷ CAYGILL, 2000, p. 192.

²⁸ THOUARD, 2004, p. 122-123.

Os homens conservam a sua vida *conforme ao dever*, sem dúvida, mas não *por dever*. Em contraposição, quando as contrariedades e o desgosto sem esperança roubaram totalmente o gosto de viver, quando o infeliz, com fortaleza de alma, mais enfadado do que desalentado ou abatido, deseja a morte, e conserva contudo a vida sem a amar, não por inclinação ou medo, mas por dever, então a sua máxima tem um conteúdo moral.²⁹

Essa citação nos mostra que a moral de Kant não está relacionada meramente às ações, mas principalmente à motivação, à intenção, ao sentimento secreto dos homens. Não há, em Kant, qualquer moralidade no fato de um homem preservar a sua vida, pois todos nós possuímos um instinto de sobrevivência, mesmo os seres irracionais. Ou seja, se há uma força que me faz querer viver, independente da minha razão, então a minha ação de autopreservação não é moral. Caygill, no verbete *dever*, expressa opinião parecida:

Kant baseia a moralidade na intenção, pois embora seja possível agir de acordo com o dever com máximas determinadas por inclinação, a ação moral resulta unicamente do dever, isto é, de acordo com máximas em harmonia com a lei.³⁰

Assim, a ação só é moral quando eu ajo racionalmente, por dever, obedecendo às máximas que estão “em harmonia com a lei”. Se a ação de preservar a vida por instinto fosse moral, então um animal que foge do caçador também estaria agindo moralmente. Portanto, vemos que a ação moral não está só no fato, mas na motivação, nos sentimentos secretos dos homens.

Tal fato nos leva a entender que muitas vezes só a própria pessoa sabe se a sua ação foi moral ou não, pois nem sempre nos é possível discernir as motivações humanas com base em suas ações. Silveira fala sobre esta questão:

Estudando exemplos concretos não é possível afirmar com toda a certeza que uma determinada ação foi feita por dever ou apenas conforme ao dever. A natureza humana é muito complexa e as suas motivações são de tal modo difíceis de detectar que é duvidoso que

²⁹ KANT, 1974. p. 206-207.

³⁰ CAYGILL, 2000, p. 97-98.

alguma ação tenha como causa o dever. Em todo o caso, mesmo que até hoje nenhuma ação tenha sido feita exclusivamente por dever, isso não permite abalar a convicção de que a moralidade de uma ação depende de ela ter sido feita por dever.³¹

Kant não está preocupado se poderemos ou não julgar se a ação do próximo foi ou não moral. Sendo assim, só o agente sabe se agiu moralmente ou não, pois só ele mesmo sabe quais foram as suas motivações ao agir de determinada forma. O homem é, no sistema moral kantiano, o seu próprio juiz. Se apenas ele pode conhecer suas motivações mais secretas, podemos entender também que a moral kantiana não tem relação com qualquer tipo de recompensa para quem age moralmente, pois as outras pessoas não terão como emitir um juízo e premiar o agente moral.

O filósofo reforça, como dever para consigo e para com o próximo, que o homem preserve a sua vida mesmo quando não tem motivo ou vontade, que não deve enganar o seu próximo e que deve ajudar o próximo, sempre usando o critério de tornar a nossa ação uma lei universal.³² Isto porque “o mandamento incondicional não deixa à vontade a liberdade de escolha relativamente ao contrário do que ordena, só ele tendo portanto em si aquela necessidade que exigimos na lei.³³” A questão não está em pensar se vale ou não a pena viver, mas sim na lei, que nos ordena viver, pois se pensarmos no suicídio como máxima universal, teríamos uma absurda ação contra a natureza, e tal ação não poderia estar de acordo com a lei. Ou ainda, segundo a lei universal descrita por Kant, eu também não tenho o direito de me perguntar se uma pessoa merece ou não uma boa ação, pois a questão não está na simpatia, no mérito, na vontade, na inclinação ou na troca de favores, mas na obediência incondicional à lei. Afinal:

[...] só a lei traz consigo o conceito de uma necessidade incondicionada, objetiva e conseqüentemente de validade geral, e mandamentos são leis a que tem de se obedecer, quer dizer que se têm de seguir mesmo contra a inclinação.³⁴

³¹ SILVEIRA, 1994, p. 52-53.

³² KANT, 1974. p. 224-225.

³³ KANT, 1974, p. 223.

³⁴ KANT, 1974. p. 220.

Mesmo que um homem seja caridoso, fazendo o bem sem vaidade ou interesse, mas pelo prazer de ver os outros felizes, sua ação não teria valor moral, já que a ação moral não deve ser feita por inclinação, mas “por dever”.³⁵

Pascal corrobora:

Ser benfazejo por prazer é, igualmente, agir conformemente ao dever, mas não por dever. Por outro lado, quem pratica a beneficência, mesmo sem sentir-se inclinado a isso, possui um valor moral maior do que aquele que é benevolente por temperamento.³⁶

Se tal homem, contudo, estivesse desgostoso com a vida, deprimido, sem nenhuma inclinação a ajudar o próximo, e ainda assim o fizesse, então sua ação seria moral. Nesse contexto, Kant cita a Bíblia:

É sem dúvida também assim que se devem entender os passos das Escrituras em que se ordena que amemos o próximo, mesmo o nosso inimigo. Pois que o amor enquanto inclinação não pode ser ordenado, mas o bem-fazer por dever, mesmo que a isso não sejamos levados por nenhuma inclinação e até se oponha a ele uma aversão natural e invencível.³⁷

Kant faz uma exegese da Escritura utilizando o seu critério de moral, segundo o qual o bem deve ser feito sem qualquer interesse ou inclinação. Aproveitando a citação do filósofo, vejamos a passagem da Escritura que ele provavelmente cita:

Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem; para que sejais filhos do vosso Pai que está nos céus; porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons, e a chuva desça sobre justos e injustos.³⁸

Jesus, na passagem que possivelmente Kant tinha em mente (isso porque há outras referências bíblicas que tratam do assunto), demonstra que a ação cristã não deve

³⁵ KANT, 1974. p. 207.

³⁶ PASCAL, 2007, p. 120.

³⁷ KANT, 1974. p. 208.

³⁸ Mt 5:44.

ser motivada pelo desejo natural, mas pelo elemento principal da fé cristã, que é o amor. É interessante ver que essa passagem bíblica associa o amor ao inimigo com a *filiação* do homem a Deus, ou seja, se o homem age assim, ele se parece com Deus, com a sua natureza, que beneficia os bons e os maus, pois o ato de fazer o bem, da parte de Deus, não está no mérito humano, mas na própria natureza divina. Assim, se a moral de Kant é racional, tendo como consequência que o homem participe de um “reino dos fins” e esteja agindo conforme a “legislação universal”, a moral cristã se relaciona com a participação na natureza divina³⁹, no fazer como Deus faz para com os homens. E a própria moral cristã não é meramente racional, como Kant a interpreta, pois, na clássica parábola do bom samaritano⁴⁰, que trata do amor ao próximo, inclusive do inimigo, ali está dito que aquele que amou, no caso o samaritano, “moveu-se de íntima compaixão”.⁴¹ Ou seja, embora Kant tente fazer os princípios da Escritura de amar o inimigo serem meramente racional, o que encontramos lá é algo relacionado ao sentimento de compaixão.

4. O SER RACIONAL COMO UM FIM EM SI MESMO

Vimos, até aqui, que a moral de Kant tem como fundamento a razão, sendo totalmente a priori, e que o critério de ação do indivíduo, do ponto de vista ético, deve ser o desejo de que sua ação se torne uma lei universal. Além disso, vimos que o nosso filósofo dividiu as ações humanas em “por dever” e “conforme o dever”. Tendo isso, conhecemos a base da moral kantiana. Todavia, ele não para por aí.

Um elemento importante da moral de Kant é aquele que afirma que o ser racional é um fim em si mesmo, e de forma alguma um. Este indubitavelmente é um dos pilares de sua ética. Portanto, o homem, para agir, deve em primeiro lugar saber que sua ação não deve se basear na experiência, mas na razão. Em segundo lugar, deve desejar que sua ação se torne uma lei universal. Depois, deve agir por dever, por respeito à lei, mesmo sem qualquer inclinação ou vontade. E, tendo claro estes três elementos, deve saber que o fim de uma ação é o ser racional, o homem, não esperando daí nada que não seja agir racionalmente, independente das consequências. Ele fala: “O imperativo prático será pois o seguinte: *Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua*

³⁹ 2 Pe 1:4; I Jo 3:1.

⁴⁰ Lc 10:25-37.

⁴¹ Lc 10:33.

*pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.*⁴²” Para Pimenta, “somente o sujeito tem um valor absoluto: em toda ação em que um indivíduo dirija-se a outro, ele deve tratá-lo simultaneamente, nessa ação, como um fim em si mesmo.”⁴³

Como entendermos isso? Se eu faço o bem a alguém para esta pessoa tornar a me fazer algum bem, então a pessoa é, para mim, um meio, não um fim. Ou se eu salvo alguém que sofreu um acidente não porque devo, mas por temer ser processado por omissão de socorro, ou ainda para ser visto como herói, novamente o outro aparece somente como um meio de me livrar de algo ruim ou de me trazer um benefício. Assim, por mais que a minha ação seja louvada, secretamente eu sei o que me motivou e, para Kant, não há em tal ação valor moral. Ainda mesmo se eu fizer boas ações para não ficar com a minha consciência pesada, o próximo ainda não será o fim, continuará a ser um meio.

A ação pretensamente moral, o fazer conforme o dever, também não é suficiente para Kant. Sua ética, como vemos, não se limita às ações, mas também tem forte relação com a motivação, com o íntimo do ser humano. Vejamos:

[...] aquilo que deve ser moralmente bom não basta que seja conforme à lei moral, mas tem também que cumprir-se por amor dessa mesma lei; caso contrário, aquela conformidade será apenas muito contingente e incerta, porque o princípio imoral produzirá na verdade de vez em quando ações conforme à lei moral, mas mais vezes ainda ações contrárias a essa lei.⁴⁴

A ação humana, por mais que seja louvada, não tem valor moral se não for feita por amor ao próprio princípio moral, à lei, ao imperativo universal que assim o ordena. Ou seja, mesmo que a ação seja *a priori*, que obedeça ao critério universal e que seja “por dever”, ela ainda precisa do critério do amor à lei para ser aprovada. Isso porque, ao analisar essa citação, Kant teme que o homem aja conforme o padrão exigido exteriormente, mas não por amor (ou respeito) à lei, mas por outro motivo. Assim, se o meio para se alcançar um determinado objetivo for ruim, o agente executará a sua ação, já que o seu princípio não seria o amor à lei, mas apenas o desejo de atingir um objetivo. Assim, “ quando se fala de valor moral, não é das

⁴² KANT, 1974, p. 229.

⁴³ PIMENTA, 2004, p. 66.

⁴⁴ KANT, 1974, p. 199.

ações visíveis que se trata, mas dos seus princípios íntimos que se não vêem.”⁴⁵ E: “O mandamento diz *faz isto* não porque se quer alcançar alguma coisa, mas porque o mandamento aparece como alguma coisa que tem valor em si.”⁴⁶ Ou seja, na moral kantiana não há espaço para se fazer algo em troca de outra, mas sim em sempre fazer o que se deve fazer porque o outro é um fim em si mesmo. Segundo Perez, “fazer o bem, para Kant, é um dever que, em princípio, não está colocado em termos de prêmios e castigos.”⁴⁷ Portanto, que ninguém espere, no sistema moral de Kant, buscar lugar para galardões e recompensas ao fazer o bem. É fazer o bem sem nenhum interesse em prêmios, nem da parte de Deus, nem da parte dos homens.

Kant tem a palavra novamente:

A necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como *legisladora*, porque de outra forma não podia pensar-se como *fim em si mesmo*. A razão relaciona, pois, cada máxima da vontade concebida como legisladora universal com todas as outras vontades e com todas as ações para conosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer outro móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia da *dignidade* de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá.⁴⁸

Vemos que o homem é o seu próprio legislador. Ele decide, com base no critério da lei universal, o que deve ou não ser feito. Assim, a teologia e a revelação são excluídas do sistema ético kantiano, pois, de certa forma, o homem é o seu próprio juiz. Se isto não acontecer, o próximo não pode ser um fim em si mesmo, pois, partindo deste raciocínio, se o critério da ação não for a razão, o outro sempre será visto como um meio para se alcançar algo. Somente agindo pela razão eu trato o ser racional como um fim em si mesmo, como alguém que deve receber a minha ação positiva por ser racional, independente de quem ele seja. O homem, o ser racional, então, tem uma dignidade própria, tem a sua razão que lhe faz ser digno de receber a boa ação. Na visão cristã, o homem é formado à imagem e semelhança de Deus, tem uma parte espiritual, e

⁴⁵ KANT, 1974. p. 213.

⁴⁶ SILVEIRA, 1994, p. 60.

⁴⁷ PEREZ, 2002. p. 116.

⁴⁸ KANT, 1974. p. 233-234.

isso o faz diferente dos outros seres vivos. Para os materialistas do século XVIII, o homem não tem uma substância espiritual, é apenas mais complexo do que os demais animais e, assim, esse argumento se tornaria inválido. Já Kant consegue outro meio de elevar o ser humano, não utilizando o argumento de sua natureza espiritual e divina, mas racional.

O nosso filósofo continua:

[...] é evidente que o violador dos direitos dos homens tenciona servir-se das pessoas dos outros simplesmente como meios, sem considerar que eles, como seres racionais, devem ser sempre tratados ao mesmo tempo como fins, isto é, unicamente como seres que devem poder conter também em si o fim desta mesma ação.⁴⁹

Vemos aqui algo muito significativo, como se o homem, em qualquer época e lugar, tivesse um direito intimamente ligado à sua essência, à sua natureza, que os demais seres, não racionais, não teriam. Assim, a moral de Kant é tão categórica que, se eu ajudo as pessoas para sentir uma sensação de prazer e satisfação pela boa ação, eu sou um violador dos direitos humanos. Isso, claro, só eu saberei, pois quem receber a minha ação benéfica ficará provavelmente muito feliz. Porém, como para Kant o fim da natureza para nós não é a felicidade, mas a moralidade, então tal ação fica muito aquém do que deve ser feito. Esse ponto de vista do direito do homem nos faz lembrar o seguinte provérbio bíblico: “Não detenhas dos seus donos o bem, estando na tua mão poder fazê-lo.”⁵⁰ A lógica do provérbio salomônico é que alguém a quem eu tenha o poder de fazer o bem é o “dono” deste bem, ou seja, a minha boa ação é um direito de quem eu tenha a capacidade de fazê-lo (o bem). Não fazer é *deter* algo do seu dono, ou seja, é furtar algo de alguém, é ficar com “algo” que não me pertence. Daí também a lógica de Tiago, de que quem pode fazer o bem e não o faz, comete pecado.⁵¹ Assim, se em Kant a lei racional ordena categoricamente que eu aja de determinada forma, na Escritura também está ordenado inquestionavelmente que eu faça o bem.

Kant fala sobre o alto padrão da sua ética:

⁴⁹ KANT, 1974. p. 230.

⁵⁰ Pv 3:27

⁵¹ Tg 4:7

E o que é então que autoriza a intenção moralmente boa ou a virtude a fazer tão altas exigências? Nada menos do que a possibilidade que proporciona ao ser racional *participar na legislação universal*, tornando-o por este meio apto a ser membro de um possível reino dos fins, para que estava já destinado pela sua própria natureza como fim em si e, exatamente por isso, como legislador no reino dos fins, como livre a respeito de todas as leis da natureza, obedecendo somente àquelas que ele mesmo se dá e segundo as quais as suas máximas podem pertencer a uma legislação universal (à qual ele simultaneamente se submete)⁵².

Kant fala de uma “legislação universal”, de algo que vale para todos os seres humanos, como a base para que haja uma alta exigência nos padrões morais que devemos seguir. A questão da moral em Kant não visa, portanto, nenhum objetivo específico, mas apenas o fazer porque devemos fazer. O filósofo menciona também, duas vezes nesta citação, um “reino dos fins”. O que seria este reino? Vejamos a opinião de Rogozinski:

A universalidade entendida como *universitas* abre, assim, o horizonte de uma *comunidade* universal de seres racionais, ligados à Lei e por meio dela. Essa comunidade de destinação de sujeitos-à-Lei é o que a *Fundamentação* denomina o *reino dos fins*.⁵³

Na citação de Kant, o homem pode ser membro e legislador do reino dos fins. Em Rogozinski, esse reino seria o conjunto de pessoas que têm em comum a ligação com a lei, a razão como critério para a ação (ele menciona “seres racionais”). Esse conjunto de pessoas que praticam a lei comporia o chamado reino dos fins.

Para Pimenta, “[o reino dos fins] nada mais é do que a representação de uma possível ligação sistemática das vontades de todos os seres racionais, quando delas se abstrai ‘todo conteúdo de seus fins particulares’.”⁵⁴ Temos aqui um conceito parecido, já que, se em Rogozinski o reino dos fins seria a comunidade de pessoas que obedecem à lei, para Pimenta esse reino é a ligação de todas as vontades dessas mesmas pessoas. Ou seja, em ambos os conceitos o reino seria um nome dado a este conjunto de pessoas,

⁵² KANT, 1974. p. 234-235.

⁵³ ROGOZINSKI, 2008, p. 203.

⁵⁴ PIMENTA, Pedro, 2004, p. 68.

de vontades que se submetem à razão, à lei. Já na definição de Silveira vemos o seguinte:

Falar num ser que legisla e está, ao mesmo tempo, submetido a essas leis, leva ao conceito de *Reino dos Fins*. Este tipo de legislação leva a pensar uma estrutura submetida a leis comuns constituídas por seres que são fins em si. A pertença a essa estrutura dá-se simultaneamente como membro e como chefe [...] Como legislador o ser racional é membro de um reino de fins, isto é, um ser com dignidade. Só na moralidade o homem é um fim em si mesmo.⁵⁵

Silveira concorda com as definições dadas por Rogozinski e por Pimenta ao entender que o reino dos fins está ligado aos seres que teriam em comum a submissão à lei. Mas sua explicação nos leva ao entendimento de que a nomenclatura “fins” está relacionada ao conceito de que esta comunidade é constituída por seres que são fins em si, ou seja, o reino seria chamado de “reino dos fins”, porque seria uma espécie de “comunidade universal” onde cada pessoa encara os outros como fins em si mesmos de suas ações, não como meios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, Kant busca uma fonte pura para a moral, a razão. Seus critérios buscam independência da experiência, a fim de tornar sua ética universal e atemporal, já que a experiência a relativizaria, tornando, assim, seus pilares frágeis.

A moral kantiana é rigorosa, já que vai na origem, na motivação, no fundo do sentimento humano, esquadrinhando o ser, não aceitando que a mera “boa ação” seja considerada uma ação moral sem passar pelo duro teste da sua filosofia racional. Assim, ela agiria como um fogo purificador, retirando as pretensas impurezas da base da moral.

Contudo, não podemos deixar de considerar, ao final, que a ética de Kant, por elevada que seja a sua proposta, tem um elemento de frieza, já que exclui o sentimento como base para a verdadeira moral. Nesse caso, a “íntima compaixão” que aparece na clássica parábola do bom samaritano, onde o amor ao inimigo é a mensagem central, desaparece, tirando esse importante quesito que existe nas relações interpessoais, excluindo-o do campo da ética.

⁵⁵ SILVEIRA, 1994, p. 70.

Portanto, não podemos deixar de louvar Kant pelo seu grande trabalho, que produziu um padrão rigoroso de moral, mas penso que é contrário à própria natureza humana buscar conduzir as pessoas a agirem puramente pela razão em sua ética, já que a mesma natureza – sobre a qual Kant declarou que tem como propósito para nós a moralidade – também fez com que as boas ações estejam intimamente ligadas ao sentimento, à compaixão, ao calor humano, ao bem-estar do agente e do recipiente da boa obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bíblia Sagrada. Edição Revista e Corrigida, Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1996.

ANDRADE, Regis de Castro. *Kant: a liberdade, o indivíduo e a república*. In: Os clássicos da política 2. WEFFORT, Francisco C. (organizador). 10. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 47-71.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

KANT. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 195-256.

PASCAL, Georges. *Compreender Kant*. Trad. Raimundo Vier. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREZ, Daniel Omar. *Lei e coerção em Kant*. In: Ensaios de ética e política. PEREZ, Daniel (organizador). Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 89-120.

PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. *Reflexão e moral em Kant*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ROGOZINSKI, Jacob. *O dom da lei: Kant e o enigma da ética*. Trad. Sílvio Rosa Filho. São Paulo: Paulus, 2008.

SILVEIRA, José Henrique. *Introdução à fundamentação da metafísica dos costumes, de I. Kant*. Porto: Edições Contraponto, 1994.

THOUARD, Denis. *Kant*. Trad. Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.